



Câmara dos Deputados  
Comissão de Relações  
Exteriores e de Defesa  
Nacional

# Política de Defesa para o Século XXI

Organizadores

**Aldo Rebelo**

**Luis Fernandes**



Brasília – 2003



## INTELIGÊNCIA MILITAR E POLÍTICA DE DEFESA

---

*Marco Cepik*  
UFMG

Nesse texto discuto brevemente três aspectos da relação entre a atividade de inteligência militar e a política de defesa: 1) o processo de formação dos sistemas de inteligência militar e suas finalidades na guerra e na paz; 2) os critérios para avaliar o desempenho de um sistema de inteligência militar; 3) o papel do controle externo para legitimar a atividade e para aperfeiçoar seu desempenho. Embora os conteúdos abordados aqui estejam baseados nos capítulos iniciais de minha tese de doutorado defendida no IUPERJ em 2001 (“Serviços de Inteligência: Agilidade e Transparência como Dilemas de Institucionalização”) e também na bibliografia indicada ao final do texto, o tom coloquial da apresentação realizada durante o seminário foi mantido nessa versão.

### **1 – Inteligência Militar: organização e finalidade**

Os sistemas nacionais de inteligência que existem na maioria dos países mais importantes do mundo desenvolveram-se ao longo do século XX, especialmente durante e após a Guerra Fria. É possível identificar pelo menos três matrizes históricas distintas que estão na raiz desses sistemas nacionais contemporâneos.

A diplomacia secreta, praticada na Europa desde a Renascença italiana e que deu origem, na Inglaterra e na França, já no século XVII, aos primeiros serviços de inteligência voltados para a obtenção e análise de informações sobre os acontecimentos políticos e militares em outros países. As atuais or-

ganizações voltadas para a inteligência externa e as organizações de criptografia e criptologia têm sua origem moderna nesse tipo de matriz.

A inteligência militar voltada para os aspectos estratégicos e logísticos dos exércitos estrangeiros, bem como para o suporte operacional e tático, surge como uma especialidade com organizações profissionais e permanentes a partir das guerras napoleônicas, amadurecendo ao longo do século XIX com a generalização do modelo do Estado Maior Prussiano na Europa e adquirindo suas feições contemporâneas durante as duas Guerras Mundiais do século XX.

A terceira matriz histórica dos atuais serviços de inteligência desenvolveu-se também na Europa do século XIX como parte do policiamento político voltado para a repressão contra as ameaças de “subversão” percebidas pelos regimes estabelecidos. As divisões políticas estabelecidas a partir da Revolução Francesa e, especialmente, a partir da Revolução Russa, generalizaram a busca de informações sobre os adversários do regime como uma especialidade funcional que esteve na origem dos atuais serviços de inteligência de segurança (também chamada de inteligência interna ou doméstica).

Obviamente, os atuais sistemas nacionais de inteligência não derivam linearmente dessas matrizes históricas, pois em cada país os arranjos organizacionais e as missões são distintas, além de haver grande descontinuidade histórica dentro de um mesmo país e de um mesmo tipo de inteligência (externa, militar e de segurança). De modo geral, a configuração de cada sistema nacional reflete o tipo de ameaças enfrentadas pelo Estado, a capacidade e os recursos disponíveis, bem como as escolhas doutrinárias e organizacionais realizadas no passado. A variação da capacidade estatal é o mais importante fator isolado na determinação da configuração final dos Sistemas Nacionais de Inteligência.

Vale acrescentar ainda, sobre esse tema geral das organizações de inteligência, que os atuais sistemas nacionais desenvolveram-se segundo uma dupla lógica de expansão de capacidades, horizontal e vertical a um só tempo.

Na lógica horizontal, as organizações de Inteligência foram sendo configuradas a partir de certa especialização ao longo do continuum de coleta, análise e disseminação de informação e gestão. Hoje temos organizações relativamente especializadas, pelo menos do ponto de vista das técnicas, dos procedimentos, dos métodos de emprego dessas atividades e das culturas organizacionais, segundo as disciplinas de coleta (fontes humanas, de imagens

e de sinais) ou segundo a área temática de análise (economia, tecnologia etc.). Esse tipo de especialização funcional pode ou não traduzir-se em agências ou serviços separados organizacionalmente.

A lógica de expansão vertical acabou redundando na configuração de subsistemas de inteligência na área externa, de defesa e de segurança. Em cada uma dessas três áreas, varia o grau de integração vertical dos subsistemas e, principalmente, existe grande variação nacional no grau de coordenação entre os subsistemas. Aqui vale a pena um comentário adicional sobre os dois subsistemas mais importantes, o de segurança e o de defesa.

A expansão das missões dos serviços de inteligência interna (ou de segurança), inicialmente restrita ao policiamento político de dissidentes e mais tarde abarcando a contra-inteligência, o contra-terrorismo e inteligência sobre o crime organizado, acabou por aproximar esses serviços das unidades investigativas das polícias encarregadas de dinâmicas criminais mais complexas, tais como o narcotráfico, fraudes financeiras, lavagem de dinheiro e outros crimes eletrônicos. Em muitas polícias também existem agora unidades especializadas de inteligência sobre crime, utilizando informações coletadas de fontes diversas (inclusive imagens e sinais) e métodos analíticos mais sofisticados (principalmente nas áreas de georreferenciamento de dinâmicas criminosas e de visualização de interrelacionamentos entre criminosos). Essa expansão vertical do uso de métodos e técnicas de inteligência para a base dos sistemas policiais, em combinação com uma maior integração e busca de sinergia entre as unidades de inteligência policial e as agências nacionais de inteligência de segurança pode ser apontada como uma tendência na direção da formação de subsistemas de inteligência de segurança.

Um fenômeno semelhante de verticalização de capacidades nacionais ocorre na área de inteligência militar. Como foi mencionado na seção anterior, nos países em que foram criados comandos integrados (joint commands) e estruturas mais desenvolvidas de suporte nos ministérios de defesa, isso tendeu a ser acompanhado da criação de agências centrais de inteligência de defesa. Em alguns casos, a criação dessas agências não significou que o exército, a marinha e a aeronáutica deixassem de manter suas próprias organizações centralizadas responsáveis pela produção de inteligência para o estado-maior e o comandante de cada força.

Na verdade, pode-se falar de pelo menos quatro tipos de organizações militares de Inteligência. Podemos hierarquizá-las segundo a própria estru-

tura de comando. As típicas unidades de análises estratégicas podem estar configuradas de maneira distinta como agência de suporte ao combate ou como um Departamento de Inteligência Estratégica no caso do Ministério da Defesa do Brasil, por exemplo. De modo geral, devem atender às decisões ministeriais e aos escalões superiores de governo. Existem ainda unidades centrais que apóiam mais diretamente os próprios comandantes de cada uma das Forças Armadas e que podem estar ou não ligadas diretamente ao Estado Maior. Um terceiro tipo são as agências, organizações ou segmentos que estão mais ou menos especializados de acordo com o continuum coleta do (fontes humanas, sinais e imagens) – análise. O quarto tipo são as unidades táticas que atendem aos comandantes dos escalões inferiores e nos teatros de operações, e que no caso das forças terrestres costumam estar estruturadas desde o nível do pelotão até os batalhões, dependendo de cada país.

Independentemente da organização e do leque de especializações funcionais de cada sistema nacional de inteligência, a grande pergunta a ser feita é para que um país precisa disso? Na próxima seção pretendo responder de forma clara e breve sobre as expectativas em relação ao papel que os governantes tipicamente esperam que a inteligência cumpra.

## **2 – O papel da Inteligência Militar na Guerra e na Paz**

Não há por que tergiversar. A inteligência é um componente do poder do Estado e governantes querem maximizar poder na guerra e na paz. Eles precisam fazer isso devida à natureza da política internacional, onde os ganhos relativos de um país em relação aos outros é decisivo para a manutenção das condições de sobrevivência econômica e política do governo e da população. Nesse contexto de um mundo dividido em Estados soberanos, o papel fundamental da atividade de inteligência é o de otimizar o uso de recursos escassos e contribuir para uma melhor clareza situacional dos agentes do público.

Em termos muito gerais e otimistas, o funcionamento ideal da atividade de inteligência contribui a longo prazo para tornar o processo decisório governamental realista, ágil, reflexivo e mais informado. Ninguém estabelece um sistema de inteligência para tomar decisões com base em preconceito e desinformação. Ao contrário.

Entretanto, como inteligência tornou-se uma palavra tão frouxa quanto estratégica, pois hoje qualquer coisa a ver com gestão de informação e planejamento de longo prazo recebe o nome de inteligência estratégica, é bom destacar que a relevância analítica da inteligência governamental está restrita a certos temas e problemas nas áreas de defesa, política externa e segurança pública. Os métodos e as técnicas únicas que envolvem os processos de coleta e de análise da inteligência limitam a relevância desses fluxos de informações a esses tipos de política pública. A contribuição da atividade de Inteligência para o processo decisório governamental é decrescente em outras áreas, nas quais outros tipos de organizações de informação do Estado cumprem melhor papel.

Outra função da inteligência é prevenir contra ataques surpresa, crises diplomáticas e graves ameaças internas. A inteligência, nesse sentido, é uma apólice de seguros contra uma ameaça que pode nunca se concretizar, mas cujo dano potencial justifica um investimento.

Apoiar o planejamento de capacidades defensivas, planos militares e desenvolvimento e/ou aquisição de sistema de armas também é uma função precípua dos sistemas de inteligência governamentais. Outra finalidade da inteligência deve ser a de envolver-se mais diretamente nas operações militares de combate e outras que não as de guerra, ou seja, operação de paz, assistência e missões técnicas. Além disso, deve monitorar alvos e ambientes externos para reduzir incertezas e aumentar conhecimento e confiança.

Finalmente, é da responsabilidade dos sistemas de inteligência proteger os segredos governamentais e garantir a segurança das informações e comunicações. Esse conjunto de exemplos sobre as missões e finalidades da atividade de inteligência não é exaustivo e completo, mas dá uma idéia da diversidade e relevância potencial desse tipo de recurso. Note-se, entretanto, que essa relevância não é dada, não é automática nem estabelecida por decreto, mas se constitui no principal desafio cotidiano que os profissionais e gestores da área de inteligência enfrentam ao relacionarem-se com os seus consumidores/clientes, os comandantes militares, ministros e o presidente.

Bem, voltando ao tema das finalidades, no caso da inteligência militar pode-se dizer que na guerra, os efeitos positivos de uma boa capacidade de inteligência são a otimização e gestão eficiente e integrada dos componentes da Força. A Inteligência é o grande componente multiplicador da capacidade combatente? Não. Ela é subsidiária. Seus efeitos são menos dramáticos do

que supõem a propaganda e a cultura internacional de massas a partir do que se vê em romances e filmes. Inteligência, de alguma forma, contribui para uma gestão mais eficiente e integrada com as Forças Armadas, mas não é capaz de “resolver a guerra” em si mesma.

Se há alguma missão fundamental para a atividade de inteligência militar, é a de ajudar a aumentar a sobrevivência das forças amigas em situações de combate, por meio de um melhor desempenho das cadeias de comando, controle, comunicações, inteligência e computação (C4I), o cérebro e os nervos das Forças Armadas. Nesse sentido, há inclusive um impacto combatente direto muito limitado de uma boa capacidade de inteligência, na medida em que ela cria fricção e aumenta a entropia no ciclo de tomada de decisão e de ação das forças adversárias.

Além desses efeitos de otimização, historicamente observam-se ocasionalmente alguns efeitos de transformação. Isso acontece quando o bom desempenho do sistema de inteligência muda a natureza dos engajamentos ou quando permite um rápido ajuste entre os conceitos de emprego e os projetos das Forças Armadas. Um exemplo, para não nos demorarmos muito nisso, foi o impacto tático da ruptura dos códigos de comunicação da Alemanha na Batalha do Atlântico durante a Segunda Guerra Mundial, o que levou a uma mudança na natureza dos engajamentos, no planejamento militar e mostra bem o impacto operacional que uma atuação bem sucedida da inteligência pode ter. Tais impactos são raros, inclusive em tempos de paz. O telegrama Zimmermann, por exemplo, foi instrumentalizado pela inteligência britânica na Primeira Guerra Mundial como parte de sua campanha para forçar a entrada dos Estados Unidos na guerra. Mas esse tipo de efeito de transformação é relativamente raro. De modo geral, predominam os efeitos de otimização e a inteligência deve ser avaliada por seu desempenho como fator multiplicador das capacidades.

Naturalmente, os governantes gostariam que a inteligência fosse tudo isso, mas existem dificuldades de natureza doutrinária e obstáculos práticos (principalmente de tipo organizacional) para um bom desempenho de qualquer sistema de inteligência.

Em termos doutrinários, deve-se destacar que a representação tradicional do ciclo da atividade de inteligência em termos de demanda-planejamento-coleta-análise-disseminação tende a conceber de forma muito passiva a oferta de relatórios e análises por parte da área de inteligência, colo-

cando toda a responsabilidade pela estruturação da demanda sobre os ombros dos usuários finais, os tomadores de decisões. Na verdade, a dinâmica de oferta e demanda (push and pull) que caracteriza a “boa” doutrina na área de inteligência desloca a responsabilidade principal para os gestores dessas organizações especializadas das Forças Armadas e do Estado.

Um segundo aspecto doutrinário que pode ser destacado é a freqüente confusão nas missões de muitos sistemas de inteligência. A dinâmica conflitiva entre a inteligência e a contra-inteligência, ou entre diferentes áreas geográficas e/ou temáticas de atuação, pressionam qualquer sistema de inteligência na direção de uma perda de foco e para uma concentração excessiva nas tarefas de segurança e coleta em detrimento da capacidade analítica.

Existem também dificuldades organizacionais e operacionais. Nenhum país resolveu adequadamente o funcionamento do seu sistema de inteligência, em termos de coordenação entre os diversos componentes dos vários subsistemas. Isso decorre diretamente da dupla lógica de expansão vertical e horizontal que caracterizou o processo de formação das capacidades nacionais de inteligência no século XX. Assim como o Brasil desde a lei de criação do SISBIN (Sistema Brasileiro de Inteligência) promulgada em 1999, muitos outros países trabalham com o conceito de sistema, mas os graus de integração e coordenação variam muito em cada caso. Alguns países preferem assumir claramente que se trata na verdade de uma federação mais frouxa de organizações estatais e preferem tentar montar esquemas *ad hoc* de cooperação, desistindo de configurar um “sistema”. Entretanto, é preciso reconhecer que a coordenação e a integração são um dilema, uma dificuldade organizacional para a busca de agilidade e eficiência.

Um outro tipo de dificuldade, mais operacional, são os atritos entre os especialistas em coleta e os especialistas em análise de informações. O coletor de inteligência é especializado em um tipo de fonte, enquanto o analista tem como função integrar as informações que vêm de fontes muitos diferentes e é especializado em um tema ou região. É difícil estabelecer relações de trabalho em que as demandas e as capacidades de ambos os tipos de especialistas sejam ajustadas para gerar uma combinação ótima de insumos e produtos de inteligência. Daí surge o grande desafio da interoperabilidade dos sistemas e da provisão de arquiteturas ao mesmo tempo flexíveis e seguras.

Essas são dificuldades gerais, às quais se somam as eternas limitações de recursos. Internacionalmente, não existe parâmetro para se definir o que seria



o nível adequado de gastos federais com inteligência. Além disso, a maior parte desses gastos é secreta, por motivos óbvios. Pode-se estimar o gasto público central com inteligência no mundo contemporâneo apenas de forma muito grosseira, digamos, como algo que varia entre 3% e 10% do total de gastos da área de defesa. Os sistemas de coleta de inteligência tendem a absorver até 90% dos recursos, não apenas financeiros, mas também humanos e tecnológicos.

Diante dessas dificuldades doutrinárias, organizacionais, operacionais e de recursos, como fazer para garantir que os sistemas de inteligência, especialmente na área militar, atendam às finalidades previstas e mantenham-se relevantes para os processos decisórios dos comandantes e governantes? Esse é o ponto que será discutido a seguir, na seção final desse texto.

### **3 – Avaliação de Desempenho e Controle Externo: Eficiência e Legitimidade**

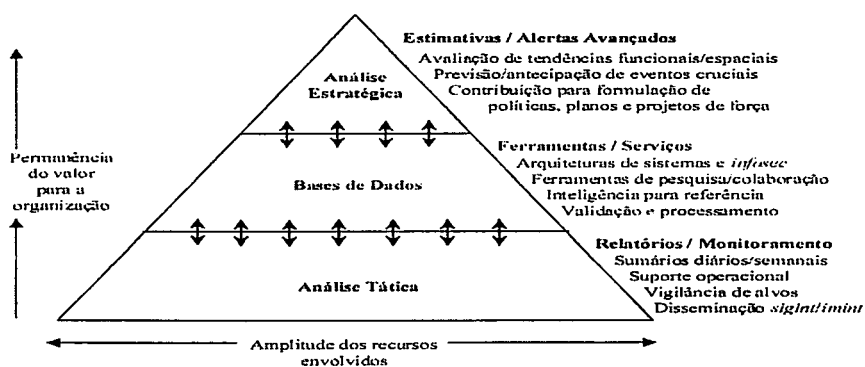
Essas garantias dizem respeito a um duplo objetivo em um contexto democrático, qual seja, o de que os sistemas de inteligência sejam simultaneamente eficientes, ou ágeis, e legítimos, ou transparentes.

A agilidade remete à avaliação do desempenho dos sistemas de inteligência em termos de sua capacidade de operar de forma efetiva, eficaz, eficiente e econômica, combinando de forma ótima insumos e produtos que agreguem valor às decisões dos usuários. Em se tratando de fluxos de informações, deve-se sempre levar em conta a natureza especial da informação enquanto um tipo de bem que tem altos custos de obtenção (a incerteza de qualquer pesquisa), é de difícil apropriabilidade, seu uso está sujeito a indivisibilidades e, sobretudo, está submetido a um “paradoxo fundamental” (Arrow), o de que o seu valor para um usuário não é conhecido até que ele tenha a informação, quando então ele já a terá adquirido com custo zero.

Isso nos deixa diante de um problema sério para avaliar o desempenho dos sistemas de inteligência: não há muitas medidas objetivas ou indicadores “fortes” (hard) sobre a relevância analítica dos produtos de intel enquanto insumos para decisões governamentais, apenas medidas subjetivas (soft) sobre o grau de satisfação dos usuários. Assim, por exemplo, os envolvidos no projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia) devem saber que nosso grande problema, depois de conseguir implantar o sistema, é definir o modelo de consumo dos fluxos de informações, pois disso

depende toda e qualquer relevância que possa ter a montanha de dados obtida a partir dos sensores. De modo geral, essa dependência em relação aos critérios subjetivos de avaliação do desempenho evidenciam como na área da inteligência, se tem subestimado internacionalmente o investimento em capital humano. No caso de organizações policiais e militares, isso é agravado pelo perfil de carreira. O tempo de formação de um bom analista de Inteligência é absolutamente incompatível com o rodízio das funções típicas da carreira de policial militar.

Tais problemas de avaliação de desempenho ficam mais evidentes se observamos a figura abaixo, adaptada de Peterson (2000):



Note-se o papel crucial da camada intermediária nessa pirâmide. No plano tático (a base da pirâmide) há mais recursos envolvidos e, à medida que se vai em direção ao vértice da pirâmide, aumenta a expectativa de um valor maior e mais duradouro para a organização. Nas duas extremidades temos, classicamente, os elementos que diferenciam a inteligência enquanto um fluxo informacional determinado: estimativas, alertas avançados, relatórios de acompanhamento, ou seja, as atividades cotidianas. Entretanto, o grande problema – do ponto de vista do desempenho – está na camada intermediária, nas arquiteturas de sistema e na inteligência para referência da própria organização. Por exemplo, não se inventa um sistema de avaliação de danos de batalha de um dia para a noite. Ele tem de estar

montado, inventado e mobilizado para fins táticos e estratégicos. O velho mote do começo do século XX, ou seja, que a qualidade do serviço de inteligência se mede por seus arquivos, está traduzido, do ponto de vista da era da informática, pela qualidade de seus bancos, de dados e procedimentos de coleta, análise e disseminação.

Provisoriamente, a melhor forma disponível de avaliar o desempenho de um serviço de inteligência é perguntando se os comandantes militares e as autoridades políticas estão satisfeitos com a qualidade, quantidade e custos – não apenas financeiros, mas também transacionais – dos produtos de inteligência que eles estão recebendo?

Estudos que orientei e que lidaram com a avaliação da satisfação dos usuários no âmbito das polícias militares e do corpo de bombeiros dizem claramente que não. Se perguntarem ao pessoal de operações, ao comandante, veremos que não estão satisfeitos com o que estão recebendo. Não sei se isso é uma realidade genérica. Não temos critérios objetivos para mensurar a qualidade analítica do produto de inteligência sequer na Universidade. A melhor medida do impacto de uma idéia no mundo acadêmico é uma bibliometria da citação bibliográfica do artigo ou livro que registra aquela idéia. Mesmo uma medida como essa é externa à idéia em si mesma e dificilmente aproveitável em se tratando de relatórios não indexados e protegidos pelo segredo governamental. Os defeitos de um procedimento de avaliação de desempenho baseado na aferição da satisfação dos usuários são bastante evidentes, mas na ausência de indicadores mais precisos, parecem um bom começo.

Finalmente, há a questão da legalidade, da legitimidade e da consistência entre políticas e requerimentos de inteligência. A manutenção de estruturas de controle externo, inclusive sobre a atividade de inteligência militar, ajuda a manter a confiança pública num componente muito sensível do poder de Estado, tende a tornar mais racional e realista o processo de decisão sobre a alocação de recursos escassos e protege a integridade analítica dos profissionais de inteligência contra eventuais pressões dos comandantes militares e dirigentes civis para que as informações de inteligência corroborem as expectativas dos tomadores de decisões.

O segredo governamental e a complexidade das dinâmicas conflituosas tornam mais evidentes as falhas que o sucesso, o que é natural na área e fruto da frustração profissional. Além disso, é preciso diferenciar falhas de inteli-

gência de falhas dos comandantes e governantes em atuarem sobre as evidências disponíveis. Muitas falhas de inteligência ou alertas avançados são debatidos durante anos sem que se consiga concluir se houve realmente falha de inteligência ou se foi uma falha na tomada de decisões sobre evidências disponíveis. Isso posto, é prudente admitir que os serviços de inteligência podem errar, que podem ser ineficientes, que podem abusar do poder, que podem ser inefetivos ou irrelevantes analiticamente. Essa é uma suposição que está na base da teoria democrática contemporânea. E numa democracia, nenhum órgão deve fiscalizar a si próprio exclusivamente.

Para fortalecer a inteligência militar e sua contribuição para a política de defesa, não existe outra saída a não ser fortalecer os mecanismos institucionais hoje disponíveis para o controle dessas atividades, tanto os mandatos legais quanto as comissões parlamentares, as inspetorias internas e as instâncias de coordenação e gerenciamento dentro do próprio Poder Executivo.

Para terminar, darei três exemplos de questões que deveriam ser respondidas pelos dirigentes da área de inteligência militar a uma comissão parlamentar de controle externo: 1) Qual a avaliação quantitativa (ordem de batalha) e qualitativa (níveis de prontidão tático, operacional e estrutural) das capacidades das forças armadas dos países e atores internacionais relevantes para o Brasil? 2) Qual o nível de assimetria entre o Brasil e os países líderes no uso de sistemas espaciais e aero-transportados de comando e controle, bem como de imagens e sinais e quais as contra-medidas propostas. 3) Qual é a doutrina de emprego e os atuais graus de integração, prontidão e segurança dos sistemas militares brasileiros de coleta, análise e disseminação de inteligência tática e estratégica?

Obviamente não se espera que questões como essa possam ou devam ser debatidas sem restrições de segredo, mas com os devidos procedimentos de segurança certamente esse é o tipo de coisa em torno da qual deveria girar a conversa entre os responsáveis pela inteligência militar e os parlamentares encarregados pelo público de zelar pela efetividade, eficácia e legitimidade dos sistemas de inteligência.

#### **4. Considerações Finais**

Desde a Guerra do Golfo Pérsico (1991) a atividade de inteligência militar vem sendo profundamente alterada, ao ponto de ser considerada por al-

guns autores como parte destacada de uma Revolução nos Assuntos Militares (RMA). Mesmo que seja um equívoco considerar esse conjunto de mudanças uma “revolução”, a importância crescente da informação na guerra se reflete no crescimento relativo dos gastos e sistemas nacionais de inteligência nos anos 1990.

As pressões por um melhor desempenho vão tanto na direção de uma melhor qualidade das análises estratégicas, quanto na direção de um suporte mais adequado aos comandantes no campo de batalha.

Um grau de consciência maior sobre o potencial e os riscos das atividades de inteligência contribui para que os comandantes militares, gestores de políticas públicas, governantes e legisladores aumentem o nível de cobrança sobre a qualidade, adequação, legitimidade, eficiência e eficácia dos sistemas de C4I-BM das forças armadas.

## Referências Bibliográficas:

- CESAR, Edison [et all.]. (1994). *A New Approach for Measuring the Operational Value of Intelligence for Military Operations*. Final Report, Santa Monica-CA, Rand Corporation. 175pp.
- CORDESMAN, Anthony H. & WAGNER, Abraham R. (1999). *Lessons of Modern War: Volume IV (The Gulf War)*. Boulder-CO, Westview Press. Capítulo 5 ("Intelligence and Net Assessment").
- HANDEL, M. I. (1989). *War, Strategy and Intelligence*. Londres, FrankCass.
- HANDEL, M. I. [ed.]. (1990). *Intelligence and Military Operations*. Londres, FrankCass.
- HERMAN, Michael. (2001). *Intelligence Services in the Information Age*. Londres, FrankCass.
- PETERSON, Marilyn [ed.]. (2000). *Intelligence 2000: Revising the Basic Elements*. Sacramento-CA, IALEIA/LEIU.
- MOSQUEIRA, Mauro e PROENÇA Jr, Domício. (2002). *Military Performance Evaluation: a conceptual framework for the 21st Century*. Brasília, REDES, Panel on Strategy.
- RAZA, Salvador. (2002). *Projeto de Força: o elo ausente em reformas de defesa*. Brasília, REDES, Panel on Strategy and Use of Force.